



# Produto Educacional

**OFICINA: ARTES E COLABORAÇÃO COMO  
MEIO PARA A INCLUSÃO EDUCACIONAL:  
ESTRATÉGIAS E PRÁTICAS PARA ALUNOS  
COM DEFICIÊNCIA**

**Lucimara Espich  
Prof.<sup>a</sup> Dra. Cleusa Inês Ziesmann**

**ERECHIM/RS**

**2025**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CAMPUS ERECHIM  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO (PPGPE)**

**OFICINA: ARTES E COLABORAÇÃO COMO MEIO PARA A INCLUSÃO  
EDUCACIONAL: ESTRATÉGIAS E PRÁTICAS PARA ALUNOS COM  
DEFICIÊNCIA**

**Produto Educacional de Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação (PPGPE) da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS Campus Erechim /RS.**

**PRODUTO DE PESQUISA**

**EXPEDIENTE**

**Diretor da UFFS Campus Erechim-RS**  
Dr. Luís Fernando Santos Corrêa da Silva

**Coordenadora Acadêmica da UFFS Campus Erechim - RS**  
Dra. Cherlei Marcia Coan barulho

**Coordenador do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação (PPGPE)**  
Dr. Almir Paulo dos Santos

**Professora Orientadora da Pesquisa**  
Dra. Cleusa Inês Ziesmann

**Pesquisadora Principal**  
Lucimara Espich

CIP – Catalogação na Publicação

E77o

Espich, Lucimara

Oficina: artes e colaboração como meio para a inclusão educacional:  
estratégias e práticas para alunos com deficiência. [livro eletrônico] /  
Lucimara Espich, Cleusa Inês Ziesmann / – Erechim, RS: Ed. dos autores,  
2025.

PDF

Bibliografia.

ISBN 978-65-989246-3-8

1. Artes na Escola. 2. Formação Docente. 3. Práticas  
Pedagógicas. 4. Desenvolvimento Integral. I. Ziesmann, Cleusa Inês.  
II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

CDD:370

## SUMÁRIO

<b>1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....</b>	<b>5</b>
<b>2 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE A ATIVIDADE .....</b>	<b>7</b>
2.1 PRIMEIRO ENCONTRO: INTRODUÇÃO À INCLUSÃO ESCOLAR: PRINCÍPIOS, DIRETRIZES E DIREITOS.....	12
2.2 SEGUNDO ENCONTRO: VIVÊNCIAS E DIÁLOGOS PEDAGÓGICOS: MATERIAIS INCLUSIVOS QUE POTENCIALIZAM A EDUCAÇÃO PARA TODOS.	15
2.3 TERCEIRO ENCONTRO: ELABORAÇÃO COLABORATIVA DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS: INCLUSÃO NA PRÁTICA.....	19
2.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE A INSCRIÇÃO E PARTICIPAÇÃO NA OFICINA DE FORMAÇÃO.....	29
<b>3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>31</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>33</b>

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este documento tem origem na dissertação de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação (PPGPE) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus Erechim/RS, elaborada pela pesquisadora Lucimara Espich, sob orientação da professora Dra. Cleusa Inês Ziesmann.

Como parte do produto educacional vinculado à pesquisa “A formação dos(as) professores(as) de Artes no contexto da Educação Inclusiva: uma Fonte Emancipatória e Plural da Humanidade”, voltada à formação continuada de professores(as) de Arte e bidocentes que atuam com estudantes da Educação Especial Inclusiva no município de Concórdia/SC, foi ministrada a oficina intitulada “Artes e colaboração como meio para a Inclusão Educacional: Estratégias e Práticas para Alunos com Deficiência”. Seu objetivo foi fortalecer as competências pedagógicas e promover práticas inclusivas nas escolas.

O objetivo da pesquisa foi investigar a formação de professores(as) de Artes e bidocentes das escolas públicas municipais de Concórdia/SC, com foco na educação inclusiva e na colaboração, de modo a compreender potencialidades e desafios para a prática pedagógica inclusiva, promovendo a inclusão e o respeito às diferenças, com ênfase no desenvolvimento integral dos estudantes público-alvo da Educação Especial, conforme a Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013.

A partir dos dados obtidos na pesquisa, foi possível estruturar uma oficina pautada em metodologias que contribuem para a efetiva inclusão escolar, oferecendo subsídios para que os(as) professores(as) compreendam o direito à aprendizagem dos(as) estudantes com deficiência e/ou com necessidades educacionais específicas. A proposta visa garantir que esses(as) estudantes compreendam seu contexto histórico e tenham seus direitos assegurados não apenas no plano legal, mas, sobretudo, no cotidiano escolar, por meio da universalização dos conteúdos e do acesso equitativo ao conhecimento.

A oficina foi idealizada, desenvolvida e conduzida por Lucimara Espich, com divulgação e inscrições direcionadas a todos(as) os(as) docentes de Arte e bidocentes da rede municipal de Concórdia/SC. A ação foi amplamente divulgada pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED), por meio da plataforma Educar Web.

Estruturada com base em metodologias que favorecem a efetiva inclusão escolar, a oficina buscou oferecer subsídios teórico-práticos que possibilitem aos(as)

professores(as) refletir sobre o papel das Artes no processo educativo inclusivo. O objetivo foi contribuir para que estudantes com deficiência compreendam seu contexto histórico e tenham seus direitos plenamente assegurados — não apenas no plano legal do sistema educacional, mas vivenciados concretamente no cotidiano escolar, por meio da universalização dos conteúdos e da valorização da diversidade. Como destaca Mantoan (2003, p. 25), “incluir é garantir a participação de todos no cotidiano da escola, considerando suas diferenças como parte da diversidade humana e não como exceções a serem tratadas à parte”.

A proposta da oficina também dialoga com os fundamentos da psicologia histórico-cultural de Vygotsky, ao considerar que o desenvolvimento humano ocorre nas interações sociais e que a aprendizagem se dá em contextos de mediação e significação. Para o autor, é por meio da relação com o outro — com o(a) professor(a), os(as) colegas e os objetos culturais — que o sujeito se desenvolve. Nesse sentido, as Artes assumem papel central como linguagem expressiva, criativa e simbólica, capaz de ampliar as possibilidades de participação e aprendizagem dos(as) estudantes com deficiência.

Além disso, a oficina se fundamenta na pedagogia libertadora de Paulo Freire, que comprehende a educação como prática da liberdade e da transformação social. Freire (1996, p.25) ressalta que “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”. Assim, uma prática educativa inclusiva deve partir do reconhecimento dos sujeitos como seres históricos, críticos e capazes de interagir com o mundo de maneira ativa, sendo protagonistas de seu próprio processo de aprendizagem.

Portanto, ao integrar pressupostos teóricos de Mantoan (2015), Vygotsky (2009) e Freire (1996), a oficina “Artes e colaboração como meio para a Inclusão Educacional” constitui-se como uma ação formativa que valoriza o conhecimento docente, fomenta práticas reflexivas e colaborativas e reafirma o direito à aprendizagem de todos(as), com vistas à construção de uma escola democrática, inclusiva e humanizadora.

## 2 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE A ATIVIDADE

No contexto do Mestrado Profissional em Educação, o Produto Educacional configura-se como uma criação prática resultante de uma pesquisa acadêmica aplicada, com o propósito de solucionar um problema específico ou aprimorar práticas pedagógicas. Diferentemente da dissertação vinculada a um mestrado acadêmico, o Produto Educacional tem como foco a aplicação direta em contextos escolares, devendo ser fundamentado teoricamente e refletir um conhecimento aprofundado sobre o tema, bem como uma compreensão das demandas do contexto educacional. Deve, ainda, ser acompanhado de um relatório que apresente sua concepção, o embasamento teórico-metodológico e os resultados obtidos ou esperados com sua aplicação.

De acordo com Sartori e Pereira (2019, p. 31), esse Produto Educacional representa “parte da culminância da pesquisa de Mestrado, uma possibilidade interessante de aproximar o fazer científico do profissional.” Assim, ele transcende a exigência formal para a obtenção do título, assumindo o papel de instrumento de transformação da prática pedagógica.

Como resultado desta pesquisa, propôs-se a oferta de oficinas pedagógicas de formação para professores(as) da Educação Especial Inclusiva e professores(as) de Artes da rede pública municipal de Concórdia/SC. As oficinas tiveram como tema: “Artes e colaboração como meio para a Inclusão Educacional: Estratégias e Práticas para Alunos com Deficiência.”

O principal objetivo foi fortalecer as competências pedagógicas dos(as) docentes, promovendo práticas inclusivas e fomentando a reflexão coletiva sobre o papel das Artes na Educação Especial Inclusiva. As oficinas foram organizadas de forma colaborativa, com foco no compartilhamento de experiências e na construção de estratégias que respondam às demandas cotidianas enfrentadas pelos(as) professores(as).

As atividades foram ofertadas presencialmente, uma vez por semana, com carga horária total de 8 horas, distribuídas em três encontros ao longo de um mês. A metodologia adotada contemplou atividades expositivas, práticas, reflexivas e colaborativas, incorporando o uso de tecnologias digitais como recursos pedagógicos.

As inscrições foram realizadas por meio do sistema online da plataforma Educar Web, utilizada pela gestão escolar do município de Concórdia/SC. A formação ocorreu

na Escola GEM Maria Melânia Siqueira, espaço frequentemente destinado a ações formativas promovidas pela SEMED.

A proposta, denominada “Formação por Adesão”, teve como objetivo atender professores(as) de Artes e bidocentes da Educação Especial que atuam diretamente com estudantes com deficiência na rede regular de ensino. O foco da iniciativa foi a construção de um ambiente educacional mais colaborativo, inclusivo e sensível às diferenças, especialmente no contexto do ensino de Artes.

O município de Concórdia/SC conta com 76 instituições de ensino, sendo 46 municipais, 14 estaduais, 15 particulares e uma federal. Segundo o Censo Escolar de 2023, dessas instituições, 52 atendem à Educação Infantil; 42 ao Ensino Fundamental; e 11 ao Ensino Médio. Na rede municipal, atuam atualmente 38 professores(as) com formação em Artes, sendo 23 efetivos(as) e 15 contratados(as) (ACTs). Além disso, 82 professores(as) bidocentes atuam na área da inclusão, dos quais 32 são efetivos(as) e 50 ACTs. Esse cenário evidencia a importância de ações formativas que integrem essas duas áreas do conhecimento – Artes e Educação Inclusiva – contribuindo significativamente para o atendimento às necessidades educacionais especiais nas escolas regulares.

A escolha da Escola GEM Maria Melânia Siqueira como sede da formação se dá por sua relevância estratégica no contexto educacional de Concórdia/SC, bem como pela reconhecida tradição em sediar atividades formativas. Localizada na Rua 29 de Julho, nº 776, Bairro Nazaré, CEP 89707-030, a instituição representa um espaço consolidado de acolhimento e promoção da educação. Fundada em 2 de agosto de 1971, por meio do Decreto Municipal nº 07, a escola surgiu a partir da extinção da Escola Primária SCAF – Sociedade Concordiense de Auxílio Fraterno – dando origem ao Grupo Escolar Professora Maria Melânia Siqueira, em homenagem à educadora que lhe empresta o nome. Em seus primeiros anos, a escola contava com 109 alunos, duas salas de aula, quatro banheiros, uma cozinha e uma secretaria, sob a direção da Sra. Neli Suzin. Em 1976, foi instituído o curso Pré-primário, conforme a Lei nº 1.400. Ao longo de sua trajetória, a escola consolidou-se como um espaço de formação, inclusão e acolhimento, características que reforçam sua adequação como sede para as oficinas propostas.

A metodologia adotada foi de natureza qualitativa e participativa, permitindo a escuta ativa dos(as) docentes e a construção colaborativa de estratégias

pedagógicas. Participaram da formação:

- i) professores(as) de Artes das escolas municipais;
- ii) bidocentes da Educação Especial Inclusiva que atuam diretamente com estudantes da rede regular.

Os encontros da oficina proporcionaram vivências práticas e debates teóricos sobre o papel das Artes na construção de uma escola mais inclusiva. A integração entre os dois públicos buscou ampliar a compreensão sobre os desafios da inclusão e potencializar soluções criativas, acessíveis e sensíveis à diversidade.

Os objetivos da formação foram:

- Promover o diálogo colaborativo entre a Arte e a Educação Inclusiva;
- Capacitar docentes para a utilização de estratégias artísticas como meio de inclusão;
- Refletir criticamente sobre as práticas pedagógicas no atendimento a estudantes com deficiência;
- Estimular o trabalho colaborativo e interdisciplinar nas escolas municipais.

Como destacam Mantoan e Prieto (2006, p. 19), apesar dos avanços legais, políticos e teóricos que sustentam a inclusão escolar, ainda persistem barreiras significativas à consolidação de uma escola para todos. Superar tais obstáculos implica rever concepções enraizadas de normalidade e deficiência, bem como transformar as estruturas pedagógicas e culturais que mantêm práticas excludentes.

A igualdade abstrata não proporcionou agradar a das relações justas nas escolas. A igualdade de oportunidades, que tem sido a marca das políticas igualitárias e democráticas no âmbito educacional também não consegue resolver o problema das diferenças nas escolas, pois elas escapam ao que essa proposta sugere diante das desigualdades naturais e sociais (Mantoan e Prieto, 2006, p. 19).

Diante disso, é necessário reforçar a importância de uma política das diferenças na escola, que possibilite a reorganização do atendimento educacional de forma mais justa e sensível às singularidades dos(as) estudantes. Como afirmam Freire (1996) e Mantoan (2015), a escola deve ir além do acesso formal, garantindo condições reais para que todos os sujeitos se sintam reconhecidos, pertencentes e aptos a ocupar seus espaços com dignidade e participação ativa.

Ao incorporar expressões artísticas em sala de aula, os professores oferecem aos alunos a oportunidade de explorar a criatividade, aprimorar suas habilidades de comunicação e melhorar a comunicação. Assim, a aproximação entre a arte e educação, de forma significativa emancipadora, possibilita os alunos a se tornarem protagonistas ativos de seu próprio aprendizado (Schneider, 2023, p. 57).

Nesse sentido, torna-se necessário compreender que a educação inclusiva não pode se limitar a práticas pontuais, mas deve se estruturar a partir de uma visão que reconheça o desenvolvimento integral dos estudantes, contemplando seus aspectos biológicos, sociais, cognitivos e afetivos. A escola precisa assumir a responsabilidade de ser um espaço de escuta, diálogo e acolhimento das diferenças, rompendo com modelos excludentes e reforçando práticas pedagógicas que valorizem a diversidade humana.

Há respaldo legal e teórico suficiente para promover uma reviravolta que conclame uma educação genuinamente inclusiva. No entanto, para que isso se concretize, é imprescindível romper com os entraves ainda presentes nas instituições escolares em relação aos grupos historicamente vulnerabilizados. Como destacam Mantoan e Prieto (2006, p. 25), “para que a inclusão aconteça de fato, é necessário enfrentar resistências, rever práticas arraigadas e transformar a escola em um espaço que valorize a diversidade e promova a aprendizagem de todos.”

É necessário romper com modelos excludentes, meritocráticos, classificatórios e homogeneizadores, que reforçam processos de subordinação e negação das diferenças. Urge trilhar um caminho efetivo de ação inclusiva na prática cotidiana, e não apenas no discurso, eliminando métodos e concepções que perpetuam a exclusão. Essa ruptura com o modelo tradicional de escola é fundamental para que estudantes com e sem deficiência — historicamente excluídos das escolas comuns — tenham garantido não apenas o acesso legal à educação, mas, sobretudo, seu direito humano ao reconhecimento, ao respeito e à valorização das diferenças. Mantoan e Prieto (2006, p. 29) destacam que:

O ensino escolar e o despreparo dos professores, por sua vez, não podem continuar sendo a justificativa dos que querem escapar de inclusão escolar pelos mais diferentes motivos. De fato, esse despreparo dos professores das escolas tranquiliza e é o argumento favorito de muitos pais de crianças e jovens com deficiência, que acharam uma boa saída para fugir da inclusão. Felizmente nem todos são tão ingênuos a ponto de “engolir” essa argumentação. Surpreende-me que ela ainda esteja sendo utilizada!

A legislação brasileira assegura o direito ao acesso à Educação Básica para todos os alunos. Contudo, a implementação efetiva da inclusão educacional ainda enfrenta desafios significativos na prática cotidiana dos sistemas de ensino. Conforme destaca Ziesmann (2018, 21), “a abertura das escolas em relação aos seus espaços arquitetônicos e organizacionais não foi acompanhada de transformações suficientes

para apoiar a organização”, [...] o funcionamento e a gestão do ensino e da aprendizagem, especialmente no que diz respeito à inclusão de estudantes com deficiência nas salas de ensino regular”.

Atualmente, vivencia-se a fragilidade estrutural de muitas escolas: falta de espaços adequados, ausência de materiais pedagógicos, despreparo institucional e desvalorização das iniciativas inclusivas por parte dos professores. Quando materiais de Artes, por exemplo, são produzidos com esforço e sensibilidade pelos estudantes, mas acabam descartados por outros profissionais da escola, reforça-se a desmotivação — tanto dos alunos quanto dos docentes que tentam promover práticas significativas. Tais atitudes desconstruem qualquer tentativa de inclusão, reproduzindo um sistema segregador, violento e desumanizador. Como afirma Freire (1996), “ninguém educa ninguém, ninguém se educa a si mesmo, os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo”.

Exigir que o educador exerça controle absoluto sobre o comportamento de um sujeito em sua complexidade é incorrer em um ato de dominação, como já alertava Paulo Freire (1996). O autor nos ensina que educar é um ato de liberdade, e não de opressão — e que a imposição de autoridade sobre o outro configura uma pedagogia autoritária, enraizada em visões ingênuas e no senso comum, muitas vezes mascaradas de boas intenções.

A inclusão escolar não se resume ao acesso dos estudantes à escola; ela vai além disso — trata-se de garantir a permanência com qualidade, assegurando condições reais de aprendizagem e desenvolvimento. Inclusão não é apenas adaptação de materiais, práticas ou espaços escolares. É, sobretudo, o reconhecimento da dignidade de cada sujeito. No entanto, ainda se observa, no cotidiano escolar e nas salas de aula, o descaso com que muitos alunos são tratados — tanto no ambiente educacional quanto no social.

Portanto, é imprescindível que a escola reconheça, valorize e trabalhe com as diferenças, superando a lógica que busca enquadrar os sujeitos em padrões homogêneos. A escola precisa se moldar ao aluno — e não o contrário. Apenas assim será possível consolidar uma prática pedagógica inclusiva, crítica e emancipadora.

Conforme destacam Mantoan e Prieto (2006), a democracia e a igualdade de oportunidades só se concretizam quando há o reconhecimento das diferenças. As “diferenças”, segundo as autoras, são “matrizes” constitutivas “da nossa identidade”

— e não obstáculos a serem superados. Cabe à escola oferecer condições reais para que todos os estudantes prossigam com seus estudos, respeitando suas capacidades, seus tempos e seus modos de aprender, sem discriminações, sem práticas segregadoras ou deterministas.

Nesse sentido, a colaboração nas oficinas marcou o início de uma jornada profunda e transformadora. Mais do que uma simples formação, constituiu-se como um espaço de escuta, trocas e provocações, no qual as Artes deixaram de ser apenas uma linguagem estética para se tornarem ferramentas potentes de acolhimento, expressão e pertencimento.

O educador, por meio da arte, ensina os jovens a lidarem com as diferenças entre si, ensinando-lhes solidadriedade e generosidade. Esse olhar que vê o outro, que permite o diálogo e a partilha de valores, permite que o estudante aprecie a beleza e se sinta amado em suas relações interpessoais (Schneider, 2023, p. 90).

Nesse sentido, ao reunir professoras da Educação Especial e da disciplina de Arte, criou-se um ambiente fértil para repensar práticas, desafiar normativas excludentes e tecer, coletivamente, caminhos possíveis para uma escola que abrace a pluralidade humana.

A intensidade desses encontros residiu na coragem de encarar os limites das práticas atuais e, ao mesmo tempo, nas possibilidades que emergem quando a sensibilidade artística se encontra com a urgência da inclusão. Corpos diversos, vozes muitas vezes silenciadas e olhares marcados por experiências de exclusão passaram a ocupar o centro do debate — e, principalmente, da ação pedagógica.

Esses encontros não apenas lançaram luz sobre os desafios da inclusão escolar, mas também inspiraram a criação de soluções acessíveis, criativas e profundamente conectadas com a realidade dos(as) educandos(as). Representaram um chamado à responsabilidade coletiva e ao compromisso com uma escola onde a diferença não seja apenas tolerada, mas genuinamente reconhecida, valorizada e celebrada — conforme será evidenciado no descriptivo a seguir.

## 2.1 PRIMEIRO ENCONTRO: INTRODUÇÃO À INCLUSÃO ESCOLAR: PRINCÍPIOS, DIRETRIZES E DIREITOS

O primeiro momento da formação ocorreu no dia 24 de abril de 2025. A realização desse encontro foi precedida por ajustes organizacionais solicitados pela equipe da SEMED, que envolveram a reestruturação do cronograma previamente

estabelecido. Após diálogo com os responsáveis, definiu-se a realização de três encontros formativos, sendo que os dois últimos tiveram acréscimo de uma hora em sua duração, totalizando três horas cada, com início às 17h40 e término às 20h40.

A reprogramação do primeiro encontro deveu-se à proximidade com feriados nacionais, o que ocasionou ausências previamente justificadas de alguns docentes, que haviam se organizado para viagens. Diante dessa demanda, foi solicitado à diretora pedagógica da Secretaria de Educação o adiamento do início da formação, inicialmente previsto para o dia 17 de abril, para 24 de abril de 2025. A comunicação oficial da alteração foi realizada às unidades escolares via e-mail institucional, e eu fui informada diretamente por mensagem de áudio enviada por aplicativo de celular.

No primeiro dia da oficina, foi realizada uma apresentação expositiva, com o apoio de slides, abordando conteúdos fundamentais sobre Inclusão Escolar e os Direitos da Criança com Deficiência, com base em legislações, diretrizes educacionais e referenciais teóricos que sustentam a prática pedagógica inclusiva. As discussões buscaram provocar reflexões críticas entre os(as) participantes, reforçando a importância da construção de um ambiente escolar que respeite e valorize a diversidade. Também foi explicado sobre o registro da oficina e a utilização de imagens dos(as) participantes e de materiais pedagógicos por eles produzidos, tanto individuais quanto coletivos.

Nesse momento, foi apresentada a proposta de um Termo de Autorização para Uso de Imagens, por meio do qual cada participante pôde, de forma livre e consciente, autorizar ou não o uso de sua imagem pessoal e de suas produções no contexto da pesquisa e do produto educacional do curso de mestrado.

O termo esclarecia que as imagens e os materiais poderiam ser utilizados exclusivamente para fins científicos e educacionais, tais como publicações acadêmicas, apresentações em congressos, palestras, relatórios e demais produções vinculadas ao desenvolvimento da pesquisa intitulada “Artes e colaboração como meio para a Inclusão Educacional: Estratégias e Práticas para Alunos com Deficiência”.

Foi garantido que a autorização seria gratuita, sem qualquer tipo de remuneração, e que os(as) participantes teriam sua identidade preservada quando necessário. Também foi informado que, caso desejassem, poderiam solicitar, a qualquer momento, a retirada de sua imagem, desde que não houvesse publicação prévia em materiais impressos ou digitais. Assim, respeitou-se a autonomia dos(as)

envolvidos(as), assegurando o cumprimento dos princípios éticos que regem a pesquisa com seres humanos.

A seguir, algumas imagens registram trechos da apresentação realizada neste primeiro momento da formação, agrupadas em uma única legenda:

**Figura 1** – Apresentação de slides utilizada durante a oficina de formação para professores(as), abordando os princípios e diretrizes do direito à educação inclusiva, com base na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva



**Fonte:** Arquivos da autora, 2025.

O encontro foi conduzido de forma dialógica, utilizando slides como apoio didático e promovendo a interação entre professoras de Artes e bidocentes da Educação Especial. Logo no início, foram realizados ajustes nos horários da formação e definidos encaminhamentos para os próximos encontros. Também foi criado um grupo no WhatsApp com o objetivo de facilitar a comunicação e o compartilhamento de materiais entre os participantes.

A formação contou com a participação ativa dos profissionais indicados pela Secretaria de Educação para acompanhar as ações da área de inclusão. Sua presença fortaleceu o diálogo e contribuiu para mediar demandas específicas trazidas pelos(as) docentes.

Durante as discussões, emergiram sentimentos de angústia e preocupação em relação aos desafios enfrentados no cotidiano escolar, especialmente diante de situações de violência e da ausência de professores(as) auxiliares para acompanhar crianças com deficiência — inclusive aquelas que ainda não possuem laudo. A necessidade de considerar as particularidades de todos os alunos, com ou sem diagnóstico formal, foi amplamente debatida, assim como estratégias de acolhimento e intervenção pedagógica.

A partilha de experiências entre os(as) docentes revelou práticas exitosas, mas também expôs as lacunas e limitações estruturais ainda presentes nas escolas. Esse processo de escuta e troca mútua foi essencial para a construção de um espaço formativo acolhedor e significativo. A interação constante entre os participantes, durante as explanações, fortaleceu o sentimento de pertencimento e valorização do conhecimento construído coletivamente.

## 2.2 SEGUNDO ENCONTRO: VIVÊNCIAS E DIÁLOGOS PEDAGÓGICOS: MATERIAIS INCLUSIVOS QUE POTENCIALIZAM A EDUCAÇÃO PARA TODOS

A continuidade da formação ocorreu com a apresentação de slides complementares, vídeos curtos e o compartilhamento de algumas ideias e materiais pedagógicos, tanto físicos quanto digitais, acessados por meio do celular e utilizados no cotidiano com os alunos incluídos. Foram organizadas cinco propostas específicas de materiais visuais e táteis, cuidadosamente elaboradas para estimular o tato e os sentidos, favorecendo um aprendizado multissensorial.

Na sequência, realizamos uma vivência sensorial direcionada a nós, professoras, na qual pudemos experimentar, com as próprias mãos e sentidos, as atividades propostas. Esse momento prático buscou ir além do conhecimento teórico, promovendo uma empatia genuína e o fortalecimento dos vínculos afetivos — elementos fundamentais para uma relação pedagógica acolhedora e eficaz junto aos estudantes.

O encontro se caracterizou por uma atmosfera colaborativa, na qual a cooperação, o diálogo e a troca de saberes foram intensamente estimulados. Discutimos propostas de cenários reflexivos e criativos, como a utilização de elementos da natureza — sons, aromas, texturas — para compor experiências

sensoriais significativas e envolventes, capazes de acolher as particularidades de cada aluno.

Em meio às discussões, emergiram questões importantes relativas à violência e ao *bullying*, desafios presentes no cotidiano escolar que demandam estratégias educacionais sensíveis e comprometidas com a proteção e o respeito à diversidade.

Além disso, houve troca de sugestões de filmes e documentários que podem contribuir para ampliar o repertório pedagógico e sensibilizar para a inclusão, tais como: O Coração e a Loucura, Anne with an E, Extraordinário, Como Estrelas na Terra, O Milagre de Anne Sullivan, Meu Nome é Rádio, Intocáveis e A Cor do Paraíso. Essas indicações ampliaram o repertório dos participantes e colaboraram para sensibilizar os docentes acerca da importância da inclusão como princípio ético e pedagógico.

Ao final, promovemos uma roda de diálogo em que cada participante refletiu sobre as estratégias que poderia incorporar para o próximo encontro, pensando em formas de enriquecer as práticas inclusivas. Entre as sugestões, destacaram-se:

- Materiais sensoriais ou recursos utilizados em sala de aula com alunos incluídos;
- Relatos de experiências ou casos envolvendo inclusão, para promover a troca de saberes;
- Propostas de atividades que estimulem empatia, cooperação e acolhimento entre os alunos;
- Sugestões de materiais ou outros recursos pedagógicos relacionados à inclusão.

Foi sugerida a criação de ambientes sensoriais que propiciem vivências práticas tanto para professores(as) quanto para estudantes, com o objetivo de desenvolver empatia, ampliar as possibilidades de aprendizagem e aprofundar a compreensão da diversidade. Nossa ideia inicial era construir esses espaços no local da formação e permitir que os estudantes participassem diretamente das atividades ao longo da semana. No entanto, devido à elevada demanda pelo espaço para outros projetos e formações, não foi possível concretizar essa ação.

Ainda assim, ficou registrada a sugestão de que esses ambientes sensoriais

possam ser implementados futuramente nos espaços educacionais das escolas municipais, em salas de recursos ou áreas adaptadas, para oferecer experiências educativas inclusivas e significativas.

Esse momento de diálogo e intensas trocas possibilitou alinhar expectativas, compartilhar inquietações e fortalecer o compromisso coletivo com a construção de práticas inclusivas e sensíveis. Durante a oficina, foram mobilizados diversos recursos pedagógicos, enriquecendo a compreensão acerca do direito à educação inclusiva e contribuindo significativamente para o avanço da formação pedagógica dos docentes.

As figuras 2 e 3 documentam visualmente os principais momentos da oficina de formação docente, contemplando registros da apresentação de slides, exibição de vídeos, exposição dos materiais pedagógicos físicos apresentados pelas docentes — incluindo dispositivos e recursos adaptados voltados à promoção da educação inclusiva — bem como a sistematização dos diálogos e das discussões emergentes durante as atividades formativas.

Esses registros evidenciam as práticas pedagógicas e estratégias adotadas para a promoção da inclusão escolar, contribuindo para a compreensão dos processos formativos no contexto educacional. As imagens foram organizadas em sequência alfabética, com o objetivo de facilitar a visualização e a compreensão dos principais momentos e da metodologia adotada na oficina.

**Figura 2 – Imagens (a), (b), (c) e (d): sequência de apresentações de vídeos sobre a temática da inclusão**



Imagen (a)



Imagen (b)



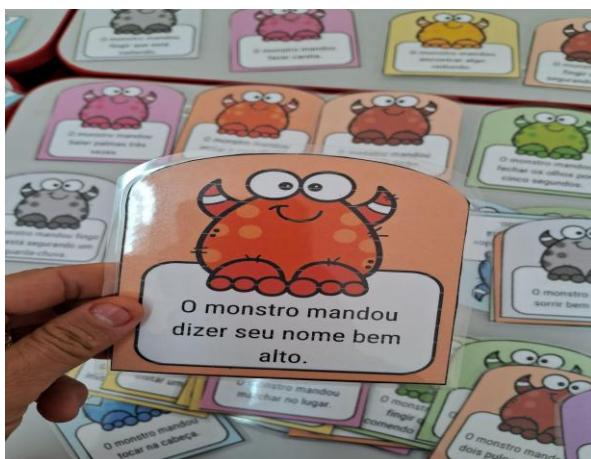
Imagen (c)



Imagen (d)

**Fonte:** Arquivos da autora, 2025.

**Figura 3 – Imagens (e) a (n):** registros dos materiais pedagógicos utilizados pelos docentes para promover o ensino de alunos com deficiência e demais estudantes, no contexto da educação inclusiva



(e) Imagem



(f) Imagem



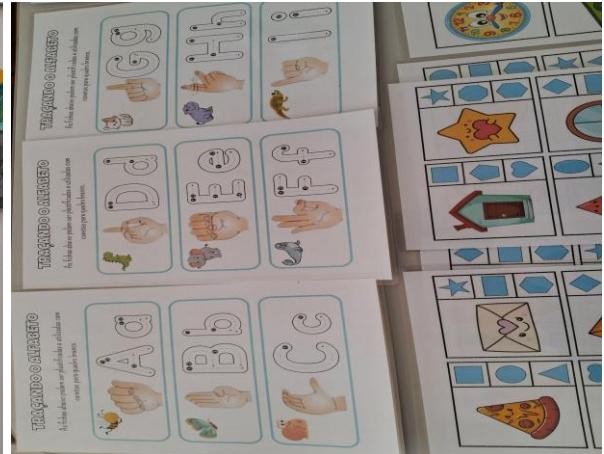
(g) Imagem



(h) Imagem



(i) Imagem



(j) Imagem



(k) Imagem



(l) Imagem



(m) Imagem



(n) Imagem

**Fonte:** Arquivos da autora, 2025.

## 2.3 TERCEIRO ENCONTRO: ELABORAÇÃO COLABORATIVA DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS: INCLUSÃO NA PRÁTICA

No terceiro momento da formação, realizamos a construção coletiva de

diversos materiais pedagógicos voltados à inclusão, com a participação ativa das professoras. Essa etapa foi marcada pelo envolvimento criativo dos educadores, que compartilharam ideias, vivências e estratégias, resultando na elaboração de recursos acessíveis, sensoriais e adaptáveis às diversas necessidades dos alunos. Entre os materiais produzidos e as ideias compartilhadas, destacam-se:

- Garrafas sensoriais com chás, sementes e grãos: possibilitam experiências com aromas, texturas e sons, estimulando os sentidos dos alunos.
- Alfabetos variados:
  - ✓ Alfabeto em Libras em forma de quebra-cabeça, para trabalhar a Língua de Sinais de maneira lúdica;
  - ✓ Alfabeto em Braille confeccionado com EVA com brilho, permitindo percepção tátil e visual, estimulando a curiosidade de todos os alunos.
- Materiais de pintura e texturas: ideias de atividades com tinta, explorando diferentes superfícies para enriquecer a experiência sensorial.
- Uso de velcro: aplicado nos materiais montados ou adquiridos, permitindo fixação e adaptação, promovendo maior autonomia e possibilidades de reorganização dos recursos.
- Formas geométricas em papelão colorido: criadas para auxiliar na identificação de cores e formas, no desenvolvimento da coordenação motora e na montagem de peças.
- Atividade de “passar cadarços” em papelão: desenvolve motricidade fina, concentração e coordenação, habilidades importantes para o processo de escrita, e para o fortalecimento da autonomia dos estudantes.

Esses materiais foram pensados e confeccionados com o objetivo de proporcionar a todos os alunos, com ou sem deficiência, oportunidades de aprendizagem significativa, estimulando os sentidos, as habilidades motoras e cognitivas, bem como a interação entre os pares, os recursos pedagógicos elaborados reforçam a importância de práticas educativas inclusivas, capazes de acolher e valorizar a diversidade presente em sala de aula.

A formação revelou-se um momento profundamente produtivo e dialógico, no qual as professoras puderam participar ativamente, partilhando experiências e

refletindo sobre os desafios da inclusão. Entre os temas discutidos, emergiram relatos de situações de preconceito vivenciadas em contextos escolares — inclusive contra docentes que apresentam suas próprias especificidades, além de questões relacionadas à deficiência, ao racismo e à importância da atuação colaborativa entre todos os profissionais da escola, não apenas entre os docentes, mas envolvendo toda a equipe escolar. Essa troca fortaleceu o sentimento de pertencimento e o compromisso coletivo com a construção de uma educação mais justa, equitativa e acolhedora.

As dificuldades vivenciadas no cotidiano escolar também foram tema de discussão considerando as fases de desenvolvimento dos alunos e seus distintos modos de aprender. Dialogamos sobre os materiais pedagógicos que podem ser utilizados e adaptados conforme as necessidades dos estudantes, ponderando suas possibilidades e limitações. Foram mencionadas ainda as questões da inquietação por parte de alguns alunos, além de desafios que persistem mesmo diante de propostas pedagógicas direcionadas.

Ressaltou-se, ainda, a relevância de investir, desde a Educação Infantil (pré-escola), no desenvolvimento de habilidades básicas como recorte, colagem, manuseio de tesoura e cola, bem como o reconhecimento das letras do alfabeto. A intenção é que, desde os primeiros anos, as crianças sejam estimuladas a desenvolver a leitura de mundo, a expressão e competências iniciais fundamentais, o que contribui para um processo de aprendizagem mais efetivo no Ensino Fundamental. Essa abordagem também favorece a identificação das particularidades de cada aluno, possibilitando encaminhamentos mais assertivos e estratégias pedagógicas mais adequadas.

Durante o encontro, destacou-se a importância do trabalho colaborativo entre as professoras, especialmente na construção de uma base sólida desde a pré-escola. Essa atuação integrada favorece a continuidade do processo educativo, permitindo que os docentes dos anos iniciais aprofundem as aprendizagens com mais eficácia, já que os alunos chegam com conhecimentos prévios consolidados. Além disso, a atuação com todas as turmas possibilita manter uma sequência nas propostas pedagógicas e garantir maior coesão no percurso formativo dos estudantes.

Algumas professoras destacaram positivamente a colaboração entre bidocentes e profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE), relatando experiências enriquecedoras, com apoio efetivo às práticas pedagógicas e

diálogo construtivo com as famílias. No entanto, também foram apontadas situações de falta de comprometimento por parte de alguns profissionais, o que prejudica o processo de inclusão e limita o suporte necessário aos estudantes com deficiência ou necessidades específicas.

A sobrecarga enfrentada pelas professoras de Artes também foi mencionada como um problema significativo no cotidiano escolar. Além das responsabilidades inerentes à docência, como o planejamento, a adaptação de conteúdos, a elaboração de pareceres descritivos e a atribuição de notas, esses profissionais ainda acumulam tarefas extras, como a decoração de espaços escolares. Esse acúmulo de funções tem gerado um desgaste significativo, agravado, em alguns casos, pela falta de empatia e colaboração entre colegas, o que compromete o clima de trabalho.

Entre as preocupações expressas, destacou-se o tempo reduzido da aula de apenas 45 minutos para os alunos do 1º ao 5º ano, o que dificulta a organização e execução das propostas pedagógicas. Outro ponto abordado foi o uso excessivo de celulares pelos alunos, que influencia seus comportamentos e gestualidades, muitas vezes imitando o manuseio constante desses dispositivos. Além disso, discutiram-se questões relacionadas aos desafios enfrentados pelos docentes para atender, de forma efetiva, às diversas necessidades presentes nas salas de aula.

A carência de materiais e recursos somados a ausência de uma comunicação efetiva entre a escola e as famílias, foi apontada como um grande obstáculo para o processo de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes. Muitas famílias demonstram pouco envolvimento com o percurso escolar de seus filhos, o que dificulta ainda mais o trabalho pedagógico. Relatou-se também a frequência irregular de alguns profissionais do AEE nas escolas, além da escassez de diálogo e do apoio limitado na produção e fornecimento de materiais adaptados. Diante dessa realidade, não é raro que as próprias professoras arquem com os custos de recursos pedagógicos, buscando garantir propostas acessíveis e inclusivas para todos os alunos.

Um relato que causou forte comoção foi o de uma professora com deficiência visual, atuante na rede municipal, que compartilhou uma experiência de discriminação. Segundo ela, a direção da escola questionou sua capacidade profissional com base em sua condição física, afastando-a de suas turmas e transferindo suas funções para outra docente. A professora relatou sentimentos de desvalorização, desânimo e abalo

emocional. Esse momento de escuta revelou a importância de espaços de acolhimento e diálogo, nos quais os profissionais possam expressar suas vivências e angústias de maneira respeitosa e segura.

Durante o encontro, também foram discutidas manifestações de preconceito entre professores(as) no ambiente escolar. Um dos casos mencionados foi o de uma docente de Artes que, enquanto era presumida como ACT (professora contratada em caráter temporário), foi tratada com indiferença e excluída do convívio pelos colegas. Somente após a diretora esclarecer que se tratava de uma professora efetiva, passou a ser acolhida e integrada ao grupo. Esse episódio suscitou reflexões significativas sobre as formas sutis e naturalizadas de discriminação que ocorrem dentro da própria escola, revelando como o vínculo empregatício pode ser utilizado como critério excludente nas relações profissionais.

Também foi relatado que alguns docentes evitam interações com colegas específicos, escolhem determinados lugares para se sentar na sala dos professores(as) e formam grupos fechados, contribuindo para um clima de exclusão e desarmonia. Além disso, observou-se que certos profissionais se apropriam de materiais da escola, mantendo-os trancados em armários de uso pessoal, o que inviabiliza o acesso dos demais e compromete o uso coletivo dos recursos didáticos. Tais práticas ferem o princípio da equidade no ambiente escolar e limitam o direito dos estudantes ao acesso a materiais que potencializam seu processo de aprendizagem.

Outra questão evidenciada durante o encontro foi a ausência de espaços adequados para o armazenamento dos trabalhos dos alunos. Frequentemente, esses materiais são extraviados ou descartados, o que gera insatisfação tanto por parte da equipe de limpeza quanto dos próprios professores(as). Essa situação provoca desmotivação especialmente entre aqueles que desenvolvem propostas pedagógicas mais elaboradas e criativas. A falta de um local apropriado para a guarda desses trabalhos resulta, em muitos casos, na suspensão de atividades pedagógicas planejadas, ocasionando perdas significativas no processo de ensino-aprendizagem.

Tais relatos reforçam a urgência de fomentar uma cultura escolar pautada na empatia, no diálogo aberto e no respeito mútuo, de modo a garantir que os espaços coletivos sejam compartilhados por todos os envolvidos. Além disso, destaca-se a importância de assegurar o direito dos alunos ao acesso a materiais e atividades pedagógicas de qualidade, como parte fundamental para uma educação inclusiva e

efetiva.

Acreditamos que a mudança necessária deve começar pelos próprios educadores. Como professora de Artes atuante em diferentes escolas, também vivi experiências semelhantes às relatadas. Em uma ocasião marcante, no dia da exposição dos trabalhos dos alunos, a sala foi trancada, e somente as produções da professora regente foram exibidas. Os trabalhos realizados com dedicação nas aulas de Artes, que envolveram profundamente os alunos, foram ignorados e não apresentados, desvalorizando não apenas o esforço e a criatividade das crianças, e jovens, mas também o comprometimento do professor responsável por esse processo.

Essas situações evidenciam como atitudes excludentes, mesmo entre colegas de profissão, impactam diretamente o reconhecimento das práticas pedagógicas e o direito dos alunos de terem seus processos de aprendizagem valorizados. É urgente que os educadores promovam uma reflexão profunda sobre suas atitudes e assumam o compromisso de construir um ambiente escolar colaborativo, respeitoso e inclusivo, no qual todos — alunos(nas) e professore(as) — tenham espaço para apresentar e compartilhar suas produções.

Além disso, foi destacada a necessidade de elaborar uma apostila<sup>1</sup> de Artes voltada aos níveis Pré I e II, com o intuito de evitar a repetição de atividades nas escolas, sobretudo diante da rotatividade de docentes. Essa apostila funcionaria como um guia estruturado para assegurar uma base consistente, garantindo a continuidade e o progresso dos alunos mesmo diante de mudanças na equipe pedagógica. Ressalta-se, entretanto, que seu uso não deve engessar a prática pedagógica, preservando a autonomia do professor para planejar, refletir e adaptar as atividades conforme a realidade da turma.

Nesse sentido, Freire (1996), em *Pedagogia da Autonomia*, defende que o professor não deve receber o conhecimento pronto “de cima para baixo”, mas deve ser capaz de ensinar de forma crítica, reflexiva e criativa, e não apenas reproduzir conteúdos previamente definidos: “O educador precisa ser capaz de ensinar de forma crítica, reflexiva e criativa, não apenas reproduzindo conteúdos previamente

---

<sup>1</sup> A apostila é proposta como material de apoio e referência, não como instrumento engessado. Seu objetivo é garantir continuidade e organização do trabalho pedagógico, especialmente diante da rotatividade de docentes, preservando a liberdade criativa e a autonomia do professor para adaptar, complementar e enriquecer as atividades de acordo com as necessidades de sua turma.

definidos." (Freire, 1996, p. 44). De forma complementar, Libâneo (2013) enfatiza que o docente precisa ter liberdade profissional para tomar decisões pedagógicas que considerem a realidade de seus alunos, enquanto Kaplun (2006) ressalta que o ensino deve ser um processo de construção do conhecimento, e não apenas transmissão de conteúdos prontos.

Sendo assim, apresentamos essa sugestão à responsável pela Educação, que se comprometeu a avaliar e encaminhar a proposta. Foi solicitado coletivamente que essa apostila seja construída com a participação de todos os professores(as) de Artes e bidocentes, contando ainda, com o apoio de uma professora da pré-escola, visando um trabalho colaborativo. A proposta é que o material sirva de apoio tanto para os professores(as) de Artes quanto aos regentes, contribuindo no atendimento às necessidades dos alunos e fortalecendo a prática pedagógica inclusiva.

Intensificando os momentos expositivos e dos diálogos promovidos ao longo da oficina, os(as) participantes foram convidados(as) a elaborar propostas pedagógicas com base nos conteúdos discutidos, utilizando materiais diversos e considerando as especificidades da educação inclusiva. As produções refletiram o engajamento dos(as) docentes na construção de estratégias que visam atender às diferentes necessidades dos estudantes, promovendo práticas criativas, acessíveis e sensíveis à diversidade no ambiente escolar. A Figura 4 apresenta registros das produções realizadas, evidenciando a aplicação prática dos conhecimentos abordados durante a formação. As imagens foram publicadas com o devido consentimento das professoras participantes.

**Figura 4 –** Registros das produções elaboradas pelas participantes durante a oficina de formação, evidenciando a utilização de materiais diversos e estratégias voltadas à construção de práticas pedagógicas inclusivas









**Fonte:** Arquivos da autora, 2025.

Os encontros contaram com a participação de sete professoras, distribuídas da seguinte forma: quatro professoras de Artes, uma professora de alfabetização e duas professoras bidocentes.

#### 2.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE A INSCRIÇÃO E PARTICIPAÇÃO NA OFICINA DE FORMAÇÃO

Alguns professores(as) de Artes e bidocentes que não participaram da oficina, relataram dificuldades em relação ao processo de inscrição e à participação na formação. Houve queixas sobre o site de divulgação especialmente quanto ao curto período disponível para realizar a inscrição o que inviabilizou a participação formal por parte de alguns docentes. Em resposta, orientei que tais professores(as) poderiam participar normalmente dos encontros e que, por constarem na lista de presença, seus nomes seriam devidamente registrados para fins de certificação e validação da participação, mas não compareceram à oficina.

Além disso, alguns professores(as) relataram que as informações sobre a formação não foram devidamente repassadas pelos diretores das escolas. Contudo, foi reforçado que o aviso estava disponível no próprio site oficial, acessível diretamente, sem necessidade de mediação por parte da direção escolar para o acesso às informações embora, em alguns casos, tenha ocorrido diálogo direto com a formadora.

Foram relatadas dificuldades enfrentadas por professores(as) que atuam em

mais de uma escola, tanto na rede estadual quanto na municipal. Esses docentes afirmaram que os horários dos encontros coincidiram com suas aulas ou com os deslocamentos entre as unidades escolares, comprometendo sua participação. Como sugestão, foi proposto que a construção da apostila ocorra futuramente em horários mais acessíveis e flexíveis.

Alguns professores(as) também expressaram o desejo de dedicar esse tempo às suas famílias, especialmente porque os encontros ocorreram fora do horário regular de trabalho. Uma fala que chamou atenção — e que revela um desafio real — foi a de uma professora que afirmou não participar da formação por acreditar que ela poderia ser interpretada como uma estratégia da ministrante para obter vantagens em futuras classificações ou processos seletivos. Essa percepção reflete uma lógica de competição que, infelizmente, ainda persiste em alguns ambientes, dificultando o fortalecimento de uma cultura de cooperação entre colegas.

Notou-se que a presença feminina foi predominante, mesmo com convites direcionados também ao público masculino.

As manifestações evidenciam a importância de promover um diálogo coletivo sobre os horários e as formas de participação nas formações, garantindo condições mais inclusiva e respeitosas, que possibilitem a contribuição de todos, sem comprometer o tempo pessoal ou gerar interpretações equivocadas sobre a intenção e o valor da atividade formativa.

Ao término da formação, a expectativa era de que os(as) participantes estivessem mais preparados(as) para planejar e implementar práticas pedagógicas inovadoras e colaborativas, demonstrando maior sensibilidade às especificidades dos estudantes com deficiência e alinhando suas ações aos princípios da educação inclusiva. Espera-se, ainda, que as Artes sejam cada vez mais reconhecidas valorizadas como ferramentas de expressão, comunicação e aprendizagem.

Os resultados obtidos a partir desta formação serão analisados e utilizados para subsidiar futuras ações de formação continuada no município, além de orientar a produção de materiais científicos e pedagógicos que assegurem a continuidade e o aprofundamento do trabalho iniciado.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este material, intitulado Oficina, foi elaborado com o propósito de oferecer aos/as professores(as) de Artes e bidocentes da rede municipal de Concórdia/SC a oportunidade de refletir criticamente sobre suas práticas pedagógicas à luz dos princípios da cooperação para a efetiva Educação Inclusiva. Por meio dos descriptivos de aprendizagem apresentados, buscou-se contribuir com instrumentos que favoreçam a avaliação dos(as) estudantes da Educação Especial, promovendo o respeito à diversidade e o reconhecimento das singularidades de cada educando(a).

Importante destacar que a construção deste material tem base em pesquisa realizada no contexto local e não possui o intuito de se constituir como um manual prescritivo ou de realizar críticas a experiências institucionais existentes. Ao contrário, visa somar esforços na valorização do trabalho docente e na construção coletiva de saberes, promovendo um espaço de formação contínua, dialógica e significativa.

A partir de três momentos estruturantes da oficina — (1) Introdução à Inclusão Escolar: Princípios, Diretrizes e Direitos; (2) Vivências e Diálogos Pedagógicos: Materiais Inclusivos que Potencializam a Educação para Todos; e (3) Elaboração Colaborativa de Materiais Pedagógicos: Inclusão na Prática — foi possível propor ações formativas que dialogam com os aportes teóricos de Mantoan, Vygotsky (2009) e Freire. As práticas desenvolvidas ao longo desses momentos demonstraram que, ao se apoiar em metodologias inclusivas, torna-se possível avançar rumo a uma educação democrática e humanizadora, que reconhece e acolhe as diferenças como parte essencial da experiência humana e do processo de aprendizagem.

Esses encontros proporcionaram aos/as docentes a oportunidade de refletir sobre sua prática, construir coletivamente em colaboração novos saberes e elaborar recursos pedagógicos capazes de tornar o ensino mais acessível e significativo para todos(as) os(as) estudantes.

Os registros das atividades realizadas evidenciam o engajamento e a participação dos(as) professores(as), reforçando o papel fundamental da formação continuada na transformação das práticas pedagógicas. A oficina, assim, se consolida como um instrumento de fortalecimento profissional, contribuindo para que os/as docentes sejam mediadores(as) conscientes e sensíveis no processo de ensino-aprendizagem dos(as) estudantes com deficiência.

Ao mesmo tempo, a experiência também permitiu identificar desafios ainda

presentes na efetivação da educação inclusiva, entre eles, a resistência de alguns profissionais da educação em assumir o compromisso com a inclusão. Como adverte Mantoan (2003), muitas vezes são mobilizadas justificativas pedagógicas ou institucionais para legitimar a exclusão, sustentadas em concepções equivocadas sobre deficiência e aprendizagem. Tais discursos, longe de promover o direito à educação para todos(as), contribuem para a manutenção de práticas excludentes e discriminatórias.

Dessa forma, esta ação formativa reafirma o compromisso com uma educação pública de qualidade, centrada na equidade, na valorização das diferenças e no direito de todos(as) à aprendizagem. Ao promover o diálogo entre teoria e prática, entre vivência e reflexão, a oficina “Artes e colaboração como meio para a Inclusão Educacional” demonstra que é possível construir coletivamente caminhos mais justos, plurais e humanizadores dentro da escola, reconhecendo cada sujeito como parte essencial do processo educativo.

## REFERÊNCIAS

- ESCOLA MUNICIPAL MARIA MELANIA SIQUEIRA. Blog da Escola Municipal Maria Melania Siqueira. Disponível em: <https://mmsiqueira.blogspot.com/>. Acesso em: 04 ago. 2025.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- KAPLUN, Mário. *Didática da aprendizagem significativa*: reflexões sobre a prática educativa. São Paulo: Cortez, 2006.
- LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?* 5. ed. São Paulo: Moderna, 2003.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér; PRIETO, Rosângela Gavioli. *Inclusão escolar: pontos e contrapontos*. São Paulo: Summus, 2006.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como Fazer?* São Paulo: Summus, 2015.
- SARTORI, Jerônimo Pereira; PEREIRA, Thiago Ingrassia (Org.). *A construção do conhecimento no mestrado profissional em educação*. 1. ed. Porto Alegre: Editora CirKula LTDA, 2019.
- SCHNEIDER, Magalis Bésser Dorneles. *Fundamentos e prática de ensino de artes*. Recife: Universidade Católica de Pernambuco, UNICAP Digital, 2023. 1. ed.
- VYGOTSKI, Lev Semenovitch. *Imaginação e criação na infância*: ensaio psicológico: livro para professores. Tradução Zoia Prestes. São Paulo: Ática, 2009.
- ZIESMANN, Cleusa Inês. 2018. 183f. *Inclusão, Experiências e Práticas Pedagógicas: O Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica na Perspectiva de Vygotsky*. Tese de Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018.